



Universidade Federal
de São João del-Rei



Coordenadoria do
Curso de Pedagogia

MAYARA VILAS BÔAS MARTINS

**A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO EDUCADOR –
ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO JOÃO DEL-REI

2023



Universidade Federal
de São João del-Rei



Coordenadoria do
Curso de Pedagogia

A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO EDUCADOR – ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia, da
Universidade Federal de São João del-Rei, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Branca do
Carmo

Interlocutora: Profa. Fabiana Inácia Silva
Assunção

SÃO JOÃO DEL-REI

2023

AGRADECIMENTOS

Minha jornada durante a graduação foi repleta de desafios, porém, cada experiência me tornou a pessoa que sou hoje e por isso, sou eternamente grata.

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar durante toda minha trajetória. À minha família, em especial minha mãe Leila e avó Magdala, por terem me apoiado desde o primeiro momento e por terem me dado todo o suporte preciso para que eu conseguisse chegar onde estou. Essa conquista também é de vocês!

À minha professora e orientadora Rosângela, pela orientação e compreensão nos momentos em que precisei. À professora Fabiana por aceitar minha interlocutora.

Agradeço à República OOP'S, minha casa durante toda minha jornada em São João del-Rei, por me acolher e estar ao meu lado durante todos os momentos.

Aos meus colegas de trabalho por todas as oportunidades que me foram dadas que contribuíram ainda mais para meu aprendizado.

Termo essa etapa feliz e grata por tudo o que vivi e aprendi, sabendo que cada momento contribuiu para a pessoa que me tornei.

“Não se pode falar de educação sem amor.”

(Paulo Freire, 1996)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso intitulado “A Construção da Relação Educador – Aluno na Educação Infantil” traz conhecimentos relevantes acerca da história da Educação Infantil no Brasil e a relação entre educador e aluno nesta etapa educacional. A Educação Infantil surge com a necessidade de um local onde as crianças pudessem permanecer enquanto seus pais trabalhavam e, desde sua criação, diversos avanços na legislação ocorreram trazendo luz à importância desse período educacional. Muitos desses documentos legais colocam a interação com o mundo e com as pessoas que as cercam como parte fundamental do desenvolvimento das crianças desse nível de ensino. É no contato diário com o educador baseado no diálogo, respeito, cuidado e afeto que o aluno tem a oportunidade de se desenvolver integralmente. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que foi utilizado os autores Mello e Sudbrack (2019), Cerisária (1999), Almeida (2008), Leite (2012) em diálogo com Paulo Freire ao tratar da relação entre educador e aluno. Conclui-se que a relação entre educador e aluno tem, então, caráter essencial para o processo de ensino-aprendizagem

Palavras- Chave: relação educador- aluno; Legislação; Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	8
2. A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO EDUCADOR – ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

Todos nós somos diferentes, cada pessoa tem a sua realidade, portanto toda criança, adolescente, adulto, idoso vai para a escola levando consigo conhecimentos e experiências adquiridos durante sua vida. O educador, quando autoritário, sufoca a liberdade, aprisiona a mente, mas quando caminha para uma educação transformadora, consegue compreender que ensinar é: respeitar os saberes dos alunos, as suas diferenças e como eles crescem. É preciso trazer a realidade do aluno para a sala de aula, adaptar novos conhecimentos, a fim de despertar o interesse do aluno e melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, a relação entre educador e aluno é um aspecto discutido por diversos autores, sendo considerada por eles essencial para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra efetivamente.

Leite (2012) afirma que toda ação dos educadores produz impactos em seus alunos, podendo ser positivos, pautados em relações afetivas de respeito, de apoio, de motivação, ajudando os alunos a superarem suas dificuldades escolares ou negativos como o autoritarismo, ameaças e humilhações, dificultando ainda mais o processo de aprendizagem.

O educador na sua relação com o educando estimula e ativa o interesse do aluno pelo conteúdo ministrado, principalmente através da afetividade, fator de extrema importância neste processo. Henri Wallon, um dos maiores teóricos da área afirma que “ela tem papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade” (Wallon, apud, Almeida, 2008, pg.344). De acordo com Leite (2012) na teoria walloniana, o primeiro e mais forte vínculo que se estabelece entre os sujeitos é a emoção, ligada a afetividade.

Durante uma aula da disciplina de Didática do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), ministrada pela professora Paula David, esta disse que, quando pensamos em afetividade na educação, pensamos apenas nas creches e educação infantil, entretanto, esta é importante para todas as idades e níveis de ensino. É por meio dela, que o educador pode ajudar o aluno a superar não só as dificuldades escolares, mas também pessoais. É necessário que seja considerado a

inteligência e a afetividade em no trabalho como educadores, pois estes estão conectados e um não se desenvolve sem o outro. Conforme Ribeiro (2010) citando Pereira (2007)

a construção dos conhecimentos resulta das interações de natureza histórica, social e biológica que se estabelecem no cotidiano, de modo que se torna necessário aprender a lidar com a dimensão afetiva como se aprende a lidar com outros aspectos de natureza cognitiva, como a escrita e as operações matemáticas (p. 404)

Durante o curso de Pedagogia diversos temas me instigaram a refletir e analisar a respeito da educação, mas foi em minha prática como auxiliar de uma sala de Maternal II, trabalhando com crianças entre 1 ano e 6 meses a 3 anos que o tema da relação entre educador e aluno começou a despertar minha atenção. O contato direto com as crianças me propiciou vivências e relatos que trouxeram outras análises e questionamentos a respeito da temática no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a escolha do tema desta pesquisa se deu através das vivências em sala de aula.

O foco desta investigação **é compreender como se dá a relação educador-aluno na educação infantil, de que forma ocorre e como afeta o desenvolvimento e aprendizagem.**

Como objetivos específicos, pretende-se apresentar e discutir os seguintes tópicos:

1. Contextualizar a história da educação infantil brasileira;
2. Caracterizar a relação educador-aluno na educação infantil.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa e assume como procedimento técnico a Pesquisa Bibliográfica. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021):

A base da pesquisa bibliográfica são os livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa. Não basta realizar uma revisão bibliográfica que não irá contribuir no desenvolvimento, deve conter conhecimentos significativos que colaboram com a evolução do trabalho. Assim uma pesquisa bibliográfica se resume em procedimentos que devem ser executados pelo pesquisador na busca de obras já estudadas na solução da problemática através do estudo do tema. (p. 67)

Assim, esta pesquisa busca identificar e analisar o que os autores da área da educação falam sobre a temática relação educador e aluno na Educação Infantil, com o objetivo de coletar informações sobre as práticas educativas, tendo o diálogo como exercício para a interação e formação pessoal e profissional dos alunos.

Os principais autores com quem este trabalho busca dialogar foram Paulo Freire (1996), Nascimento, Oliveira e Fátima (2017), Mello e Sudbrack (2019), Cerisária (1999), Almeida (2022) e Leite (2012).

Este trabalho está organizado em dois tópicos: o primeiro aborda a história da Educação Infantil sob a perspectiva da legislação que rege esta etapa de ensino. Através dos documentos é possível analisar os avanços que ocorreram desde o surgimento da Educação Infantil até os dias atuais, em que ela é considerada como etapa importante da Educação Básica, sendo essencial para o desenvolvimento das crianças. O segundo tópico trata especificamente da relação entre educador e aluno, caracterizando-a e explicitando a sua importância para o processo de ensino-aprendizagem e quais as suas influências na formação dos sujeitos.

1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A história da Educação Infantil está intimamente ligada à história de nosso país, uma história de lutas dos movimentos sociais por seus direitos.

De acordo com Didonet (2001), o surgimento da Educação Infantil, está ligado ao trabalho extradomiciliar da mulher, a partir da década de 1930. Com o exponencial aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, surge a necessidade de criar um espaço onde as crianças pudessem ficar enquanto os pais trabalhavam.

Esses fatores históricos, sociais e econômicos determinaram as principais características do modelo tradicional da creche. Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar

muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 12).

Com a nova demanda, surge uma nova visão da infância que acarreta uma série de debates a respeito de sua educação e desenvolvimento. Tais discussões, ligadas à luta dos movimentos sociais, levam ao surgimento de documentos que, ao longo dos anos, buscam organizar o trabalho com essa faixa etária, que busca garantir uma educação de qualidade para todos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi um grande marco para a Educação Brasileira, que passou a ser vista como direito de todos, devendo ter abrangência universal e gratuita. A partir dela, a qualidade da educação se torna importante. Não se trata mais de apenas garantir escolas para as crianças, mas sim, que recebam uma educação de qualidade que as prepare para o pleno exercício de sua cidadania, além de qualificá-las para o trabalho, garantindo seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1998.).

De acordo com Mello e Sudbrack (2019, p.4), a Constituição de 1988 se tornou ponto de partida para inúmeras discussões voltadas para a educação nos mais diversos âmbitos. Através dela, diversas leis, estatutos e diretrizes surgiram para defender os direitos educacionais de todos.

Também foi o primeiro documento a tratar da Educação Infantil, em seu artigo 208, inciso IV, estabeleceu a obrigatoriedade do atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade, sendo os municípios encarregados de garantir e fiscalizar essa etapa de ensino. Conforme a Política Nacional de Educação Infantil:

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público (BRASIL, 2006, p. 9)

Assim, ao incluir a creche, que anteriormente possuía apenas uma função assistencialista, no capítulo da educação, a Constituição de 1988 explicita o caráter educativo desta fase, sendo o cuidado, parte intrínseca e indissociável desta função (BRASIL, 2006). Porém, apesar do documento colocar a creche e pré-escola como direito de todos, ainda é possível notar que nem todas as crianças tem acesso a ela.

Já na década de 90, surgiram grandes avanços para a área da educação. Em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reafirma o direito de todas as crianças à educação gratuita e de qualidade.

Em 1994, diversos debates foram realizados para tratar sobre a educação, que culminaram no documento de Política Nacional da Educação Infantil (PNEI). Este documento define os critérios para a melhoria do atendimento nesta fase de ensino, como a expansão do número de vagas e a mudança na concepção entre educação e cuidado. É neste documento que se inicia a discussão a respeito da formação de profissionais para exercer o trabalho na Educação Infantil, além de tratar sobre o desenvolvimento da criança através da relação e interação com o ambiente que a cerca.

Ainda na década de 90, mais precisamente no ano de 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), que teve como principal objetivo organizar a educação brasileira, garantindo o acesso à escola para todas as crianças, ampliando o financiamento para a educação no país e dando destaque para a formação e valorização do profissional que atua na área, além de orientar a criação do currículo escolar e definir as atribuições do trabalho dos educadores.

Craidy (2001) define a LDB como uma consequência da Constituição Federal de 1988, “que definiu uma nova doutrina em relação à criança que é a doutrina *da criança como sujeito de direitos*” (p. 23). É na LDB que temos uma primeira organização de cada etapa de ensino. Para a Educação Infantil, o documento explicita que

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Portanto, a Educação Infantil passa a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica, sendo dividida em duas etapas: creche e pré-escola. Assim, essa etapa de ensino ganha destaque em sua dimensão educacional, com foco em atender as especificidades desta faixa etária, buscando desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Conforme Craidy (2001),

A creche e a pré-escola têm, portanto, uma função de complementação e não de substituição da família como muitas vezes foi entendido. Assim, elas deverão integrar-se com a família e com a comunidade para que juntas possam oferecer o que a criança necessita para o seu desenvolvimento e para a sua felicidade. (p. 24)

É na LDB/96 que surge a preocupação com a formação do profissional para atuar na Educação Infantil. O documento estabelece que os profissionais que atuarem na área devem ter curso superior, podendo ser admitida, como formação mínima, em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Já em 1998, é lançado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que tinha como objetivo

o Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 1)

Dividido em três volumes, o RCNEI indicava o que deveria ser ensinado, seguindo os objetivos, conteúdo e orientação didática, servindo como um guia educacional para as instituições de Educação Infantil. O documento organizava o trabalho da Educação Infantil em dois âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social, que tratava de processos de construção da identidade e autonomia da criança, e Conhecimento de Mundo, que buscava orientar o trabalho das diferentes linguagens da criança: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (BRASIL, 1998).

É com o RCNEI que, pela primeira vez, temos um documento que dita e orienta os conteúdos a serem ministrados na Educação Infantil de acordo com as especificidades de cada idade dessa faixa etária. Porém, o documento não possuía caráter obrigatório.

Em 2001 é lançado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), que definia metas a serem alcançadas em dez anos na educação brasileira. Assim, cada unidade federativa deveria elaborar a partir de um processo democrático, os projetos e programas nos dez anos seguintes, após o seu lançamento (BRASIL, 2006, p.16). O PNE foi revisitado em 2014 e a partir dele foi explicitada a necessidade de uma base nacional, que surgiria anos depois.

Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 alterou o artigo 208 da Constituição de 1988. Assim, a pré-escola (4 e 5 anos) que antes era considerada como opcional, passa a ser obrigatória, o que aumentou o número de crianças a serem atendidas. As creches (0 a 3 anos), no entanto, continuaram não obrigatórias, sendo, portanto, opcionais. No mesmo ano publicam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Este documento teve como objetivo reunir

princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (BRASIL, 2010b, p. 2).

O documento estabelece uma base comum para todas as etapas de ensino, a fim de integrá-las. Ele vem para reafirmar a Constituição de 1988 assegurando a educação

como direito social de todos, sendo dever do Estado garantir e fiscalizar o acesso a uma educação gratuita e de qualidade.

O mesmo texto define a criança como sujeito histórico e de direitos, que se desenvolve através da interação com o ambiente que a cerca. As brincadeiras e experiências se tornam, então, eixos estruturantes da Educação Infantil e todo planejamento e organização, sejam de atividades, tempos, espaços ou materiais, estes devem ser pensados levando em consideração as experiências que podem ser criadas pela criança. Assim, elas devem ser o “centro do planejamento curricular”. As DCNEI’s ainda colocam o cuidado como indissociável do processo educativo, não sendo possível existir um sem o outro.

Diferente das RCNEI’s, que não possuíam obrigatoriedade, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil possuem um caráter normativo, devendo ser seguidas pelas instituições de ensino e orientando as políticas públicas formadas para esta fase.

Conforme Mello e Sudbrack (2019)

As DCNEI também são resultados de um contexto educacional marcado por pressões, tanto da sociedade civil, quanto de profissionais da educação e dos setores políticos e econômicos. Trazem concepções de infância, currículo, criança, proposta pedagógica, desenvolvimento, aprendizagem e brincadeira, bem como, aspectos que orientam a prática (p.9).

Após diversos debates, em 2017 é homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem como objetivo criar uma base comum de aprendizagens e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos em cada etapa da educação, além de orientar as políticas públicas educacionais das escolas de todo o país, garantindo, assim, os direitos de aprendizado descritos em documentos anteriores. O documento serve como referência para as práticas pedagógicas, garantindo o acesso a uma educação de qualidade.

A BNCC reafirma a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e organiza esta etapa de ensino a partir dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo eles o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. De acordo com o documento, tais direitos:

asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017).

O documento também passa a estruturar a Educação Infantil através dos Campos de Experiência, nos quais são definidos os objetivos de aprendizagem a serem alcançados, deixando clara a necessidade da intencionalidade educativa, a fim de que sejam criadas “experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica” (BRASIL, 2017, p. 37).

A divulgação do documento criou um movimento de revisão dos currículos escolares e a reflexão sobre a prática educacional, colocando a criança como centro do planejamento e reconhecendo-a como sujeito histórico e de direitos.

Ao traçarmos a história da Educação Infantil no Brasil sob a perspectiva da legislação de nosso país é possível notar que muitos avanços ocorreram juntamente com a luta dos movimentos sociais e os debates a respeito da visão da infância. As crianças passam a serem vistas como cidadãos de direitos sociais e humanos e a Educação Infantil passa a ser considerada fundamental para a sua formação, devendo oferecer um espaço rico para as interações da criança com o espaço, objetos e pessoas que a cercam. Tais discussões levaram a criação de diversos documentos que buscam organizar o trabalho com essa faixa etária, a fim de garantir uma educação de qualidade para todos. Porém, ainda tem-se que caminhar para que o que está disposto nestes documentos seja efetivado.

2. A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO EDUCADOR – ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Após apresentarmos a história da Educação Infantil no Brasil sob a luz das referências bibliográficas que regem esta etapa de ensino é possível perceber que diversos são os documentos que colocam a interação com o mundo e com as pessoas ao seu redor, como parte fundamental do desenvolvimento das crianças nesta faixa etária. Porém, esta

visão de ensino-aprendizagem é relativamente nova e o ensino tradicional, ou “ensino bancário”, conforme intitulado por Paulo Freire, ainda prevalece.

Dentro deste tradicionalismo educacional, o conhecimento deve ser transmitido pelo educador para aluno, sujeito passivo em sua educação. De acordo com Leite (2021) há uma ruptura entre o ensino, feito pelo educador e a aprendizagem, feita pelo aluno. O primeiro, detentor de todo o conhecimento, deve transferi-lo para o educando que, caso não venha a aprender, deve ser o único culpado. O aluno é, então, o único responsável pelo seu insucesso e a sala de aula é lugar onde apenas a dimensão cognitiva se desenvolve. Nesta visão, a sala de aula é local onde apenas a dimensão cognitiva é desenvolvida, não considerando outras dimensões humanas.

Conforme novas teorias da educação foram surgindo, este modelo tradicional foi sendo superado, porém, ainda está presente em diversas salas de aula. Estas novas teorias trouxeram ideias mais avançadas sobre a maneira como o ser humano se desenvolve e como o processo de ensino-aprendizagem ocorre.

Dado que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) definem a criança como

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

É através da interação com o mundo, os objetos e pessoas que a cercam que a criança aprende e se desenvolve. De acordo com BOCK (1999, apud Nascimento, Oliveira e Fátima, 2017)

A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como aprender e apreender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar no mundo a nossa vida (p. 124).

Dentro dessa interação, a relação entre educador e aluno possui grande importância para o processo de ensino aprendizagem. Segundo Almeida (2022) as relações humanas possuem uma estreita conexão com a constituição do indivíduo.

A importância das relações humanas para o crescimento do homem está escrita na própria história da humanidade. O meio é uma circunstância necessária para a modelagem do indivíduo. Sem ele a civilização não existiria, pois foi graças à agregação dos grupos que a humanidade pôde construir os seus valores, os seus papéis, a própria sociedade (p. 34)

Portanto, a relação existente entre educador e aluno é de suma importância para o seu desenvolvimento, influenciando na maneira como a criança apreende o mundo ao seu redor e desenvolvendo um papel crucial em seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. É necessário que o educador, em seu trabalho, tenha ciência da importância dessa relação, pois, assim como afirmam Vezaro e Souza (2011), a sua postura dentro de sala de aula, como conduz suas aulas e como se dirige ao aluno pode contribuir positivamente ou negativamente para o seu aprendizado.

O trabalho do educador em sala de aula deve ser baseado em princípios de respeito, confiança, empatia e cuidado. A criança deve ser o centro do trabalho do educador, que, em seu planejamento deve considerar todas as suas características, além de ter consciência de que seu aluno, já traz consigo experiências e vivências de seu entorno social. Almeida (2022) afirma que:

Tanto o mundo cultural, quanto o mundo físico precedem o nascimento da criança. Quando ela nasce encontra as premissas da história de sua vida já traçadas. Já possui uma nacionalidade, já faz parte de uma determinada classe social, de uma família, etc. Esses fatores são predeterminados independentemente de sua vontade. (p. 45)

Portanto, a criança, mesmo quando bem pequena, já carrega consigo conhecimentos advindos da sua cultura, costumes e pessoas que a cerca. Estes saberes devem ser respeitados dentro do planejamento do educador, para que o seu trabalho caminhe para uma educação transformadora.

Para Paulo Freire, o educador deve ter ciência de que não basta apenas respeitar esses saberes, mas também debater sobre suas origens e qual a sua relação com o conteúdo apresentado. Segundo o autor é dever da escola

não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo o das classes populares chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (1996, p. 23)

Através deste pensamento, o educador atingirá em seu trabalho uma troca de experiências entre ele e seus alunos, pois, segundo Paulo Freire, “ensinar inexistente sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens, descobriram que era possível ensinar” (FREIRE, 1996, p.19). Neste processo o educador não apenas forma os seus alunos, como também é formado por eles.

Ao refletirmos a respeito da relação entre educador e aluno na Educação Infantil, é preciso nos indagar também, sobre a os conceitos de “cuidar” e “educar”. A BNCC coloca os dois conceitos como indissociáveis do processo educativo

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017).

Retornando à história da Educação Infantil no Brasil, percebe-se que ela surge a partir da necessidade das mães trabalhadoras, de um local onde seus filhos pudessem permanecer durante o período em que estavam trabalhando. Surgem então as primeiras creches, que possuíam um caráter assistencialista, cujo foco era na alimentação, higiene e saúde das crianças, ou seja, o cuidado.

Cerisaria (1999), afirma que estas primeiras instituições buscavam atender famílias mais desfavorecidas, trazendo para o trabalho uma perspectiva familiar e/ou hospitalar. Já para as famílias mais abastadas, surgem as primeiras instituições de caráter educativo, trazendo um modelo educacional de Ensino Fundamental. De acordo com a autora, “nesta dicotomização, as atividades ligadas ao corpo, à higiene, alimentação, sono das crianças eram desvalorizadas e diferenciadas das atividades consideradas pedagógicas, estas sim entendidas como sérias e merecedoras de atenção e valor” (Cerisaria, 1999, p. 13).

Com o avanço dos debates a respeito da infância e da criança, essa dicotomia começou a ser questionada, visto que em ambos os modelos de instituições o cuidar e educar se faziam presente. Atualmente, entende-se que os dois conceitos são indissociáveis, sendo impossível que um aconteça sem o outro, principalmente na Educação Infantil, em que a criança ainda não é completamente capaz de cuidar de si mesma, dependendo de adultos para zelarem pelo seu bem-estar.

De acordo com as DCN da Educação Básica

Em cada criança, adolescente, jovem ou adulto, há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões (BRASIL, 2013, pg. 18)

Existe o cuidado em momentos educativos da mesma forma que existe aprendizado em momentos de cuidado. Situações de cuidado, como na troca de fraldas, no banho, durante o lanche, são ricas em aprendizado, a partir do momento em que se cria um diálogo entre o educador e a criança. Para além do desenvolvimento cognitivo, há também o desenvolvimento da relação entre ambas as partes, onde o vínculo afetivo se fortalece, fazendo com que a criança se sinta mais segura e pertencente a um ambiente acolhedor. Assim como afirma as DCN da Educação Básica, “educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta” (BRASIL, 2013, p. 18).

Portanto, não existe a separação entre cuidar e educador, ambas ações acontecem simultaneamente, não existindo privilégio de uma sob a outra. A partir da compreensão deste conceito de indissociabilidade o educador pode compreender melhor a sua função em sala de aula, de forma a buscar a formação integral de seu aluno.

Outro ponto importante a ser levado em conta é a adaptação escolar. Para muitas crianças, sua entrada em uma instituição educativa é o primeiro contato com o mundo fora do seu círculo familiar. Segundo a BNCC, é na Educação Infantil que acontece

o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BRASIL, 2017, p. 34)

Esse processo de ruptura pode ser desafiador para a criança que, de repente, se vê em um ambiente novo, cercado de pessoas que ainda não conhece, ocasionando uma série de sentimentos como o medo, a tristeza e negação pela separação que se manifestam, principalmente através dos choros.

De acordo com Almeida (2022) a Educação Infantil é a etapa onde as emoções são mais frequentes e aparentes e o afeto do educador, principalmente neste período de adaptação, pode significar a permanência do aluno na escola. Neste sentido, é função do educador proporcionar um ambiente seguro, os sentimentos das crianças sejam acolhidos e que ela se sinta amparada facilitando a sua adaptação ao ambiente escolar. Assim, o educador se torna o ponto de apoio da criança, com quem ela passa a se sentir segura e confiante. É durante essa fase que a relação entre o educador e aluno se inicia e os primeiros vínculos são formados, vínculos estes que terão grande importância durante todo o período educacional.

Assim, a relação entre educador e aluno vai sendo formada a partir de uma conexão criada através do respeito, cuidado e afeto. Leite (2021) afirma que a aprendizagem se dará através da ação e reflexão do sujeito, o aluno, sobre o objeto estudado, sendo determinada por uma mediação. Para o autor, a qualidade da relação entre sujeito e objeto dependerá da qualidade da mediação existente. Nem toda mediação produzirá sucesso, pois essa depende do impacto afetivo causado na criança. Uma

mediação positiva afetiva produzirá um movimento de aproximação entre o sujeito e o objeto, enquanto a mediação afetiva negativa pode gerar um afastamento entre ambos.

Segundo Almeida (1999)

Na perspectiva de Wallon, a vida emocional deve ser considerada por todos os que participam das atividades cotidianas dos indivíduos. Desse modo, é necessário que o professor conheça o fenômeno emocional para conseguir quebrar o “circuito perverso” em que se vê envolvido e reagir corticalizadamente; em outras palavras, que conheça seus alunos no aspecto não somente cognitivo, mas também emocional. Assim, é mais fácil garantir a otimização das interações, das trocas entre parceiros e de qualquer outra experiência vivida na escola que exerça sensível influência na estrutura da personalidade da criança (p.6).

Portanto, o processo de desenvolvimento está intimamente ligado ao afeto e às emoções, sendo impossível separar a dimensão cognitiva da afetiva. O educador deve levar em conta essa indissociabilidade entre cognitivo e afetivo em seu trabalho, buscando manter uma postura amorosa pois, segundo Oliveira (1996), é através dela que se torna possível criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do aluno.

Ainda pensando em Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p. 18, 1996). O educador não deve se considerar como detentor do conhecimento que será transmitido, mas sim como um facilitador para que o aluno consiga adquirir o conhecimento desejado.

O educador deve ser alguém que, através do diálogo, do contato, do afeto, do acolhimento, passe segurança para aluno, que apoie, incentive, respeite e valorize suas ações e desejos, despertando o seu interesse e a curiosidade cultivando, assim, a paixão pelo aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o educador e aluno é um assunto discutido por diversos autores, sendo essencial para o desenvolvimento do educando, pois pode gerar grandes impactos

durante o processo de ensino-aprendizagem. Tais impactos, quando negativos podem gerar um afastamento do aluno do objeto estudado. Porém, quando são positivos criam uma aproximação, tornando o aprendizado mais prazeroso.

Esta relação se faz presente em todas as etapas de ensino, e não seria diferente na Educação Infantil, etapa em que o aluno, muitas vezes tem o seu primeiro contato com pessoas fora do seu círculo familiar. O educador passa a ser ponto de apoio da criança durante o período de adaptação ao novo, criando vínculos e laços que serão estreitados ao longo da convivência entre educador e aluno.

A Educação Infantil surgiu a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho e da necessidade de um lugar onde as crianças pequenas pudessem ficar enquanto os pais trabalhavam. Desde sua criação, que acontecia nas instituições assistencialistas, onde o foco era no cuidado, diversas mudanças e avanços aconteceram para que ganhasse a devida importância e se tornasse parte da Educação Básica.

Com a Constituição Brasileira de 1988, a Educação Infantil passou a ser considerada direito de todos, ganhando maior destaque nas DCNEI. A criança passou a ser vista como cidadã de direitos, tendo a Educação Infantil como base fundamental para sua formação. O conceito de indissociabilidade da educação e do cuidado, fez com que as instituições garantissem os dois. É a partir da Constituição Brasileira de 1988, que diversos outros documentos surgiram, buscando organizar o trabalho com essa faixa etária para garantir uma educação de qualidade para todos.

Uma das características em comum que muitos destes documentos possuem é a importância dada para a interação da criança com o mundo e com as pessoas que a cerca, pois é com essa interação que ela aprenderá. Pensando assim, a relação entre educador e aluno é de suma importância para o desenvolvimento integral da criança.

O educador, tendo ciência da importância de sua relação com o aluno, precisa buscar ter em seu trabalho uma postura aberta ao diálogo e à troca de experiências. É necessário compreender que a criança, mesmo a mais pequena, já está inserida em uma realidade própria, em uma sociedade cultural e, portanto, já carrega consigo saberes advindos destas. Estes conhecimentos devem ser respeitados pelo educador que busca a educação transformadora.

Ao pensar na relação entre educador e aluno é importante pensarmos também refletir sobre a influência que o afeto pode causar para o desenvolvimento da criança. Como já dito, para muitas, a entrada na escola é seu primeiro contato com o mundo fora do seu círculo familiar, o que pode gerar apreensões, medos e angústias. Através do cuidado, da postura amorosa, e do afeto, vínculos se constroem, dando segurança para a criança passar pela fase de adaptação, sabendo que ela se encontra em um ambiente acolhedor.

Por fim, é importante que o trabalho do educador seja permeado pelo respeito, cuidado, acolhimento e afeto. Sua relação com seus alunos deve ser baseada no diálogo valorizando os conhecimentos prévios e os desejos de cada criança para criar impactos positivos, despertando o interesse pelo aprendizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.R.S. **Afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon.** Revista Inter-ação , Goiania, v.33, n.2 p.343-357, 2008.

ALMEIDA, A.R.S. **A emoção na sala de aula.** [Livro Eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2022 – (Coleção Papyrus Educação). ePub.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.**

Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível

em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.**

Brasília: MEC, SEB, 2006. 32 p. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf>> . Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2017. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 374-415.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e Cuidar: por onde anda a Educação Infantil? In: Perspectiva: Florianópolis, 1999.

CRAIDY, C. M., KAERCHER, G. E. **Educação infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIDONET, V. **Creche: a que veio... para onde vai...** Revista em Aberto, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. ePub.

LEITE, S. A. S, UFG Oficial. A afetividade no processo ensino-aprendizagem. YouTube, 12 mar. 2021 . Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UNYT7PflF1A&t=3464s>.

LEITE, S. A. S. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em Psicologia**, Campinas, v.20, n.2 p.355-368, 2012.

MELLO, A.P.B; SUDBRACK, E. M. **Caminhos da educação infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC.** Revista Internacional de Educação Superior, v. 5, p. 1-21, 3 fev. 2019

NASCIMENTO, V. H do.; OLIVEIRA, M. A. M de.;FÁTIMA, O. M de. **Afetividade na Educação Infantil**, Revista Saberes Docentes- vol. 3- nº 3- 2017. Disponível em: <http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/RSD/article/view/228> Acesso em: 18 jun. 2023.

RIBEIRO, M. L. **A afetividade na relação educativa.** Estudos de Psicologia, Campinas v.27, n.3, julho-setembro, 2010, pp. 403-412.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

VEZARO, M.R.; SOUZA, I.A.A. **A afetividade na relação professor-aluno no processo de formação e aprendizagem na educação infantil.** Eventos Pedagógicos, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 230–239, 2011. DOI: 10.30681/rep.v2i1.8958. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/8958>. Acesso em: 7 jul. 2023.